

ATLAS DAS PAISAGENS RURAIS FLUMINENSES

Glaucio Jose Marafon

Professor Titular – IGEOG UERJ

Pesquisador CNPq e CNE-FAPERJ

glauciomarafon@hotmail.com

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais, como referência de permanência de atividades, de fornecer mão de obra para a cidade, matérias-primas e de consumir produtos oriundos da cidade, o campo abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem às mudanças em curso. O campo, além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros etc.

Na atualidade, o espaço rural tornou-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura ou, como denomina Elias (2007, p. 50), “a difusão do agronegócio globalizado explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país”. Por outro lado, o espaço rural da produção familiar também é marcado pelas atividades não agrícolas que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, há novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas

estratégias de sobrevivência. Há também muitos sujeitos sociais, como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham atividades que não propriamente a agrícola. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois, além das atividades agrícolas, passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas. Temos, assim, novas territorialidades, configurando novas ruralidades e urbanidades.

Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido, quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. Isso nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas.

Apona-se para a necessidade de ir além do corte pelos dados censitários e atrelar as funções que o território rural cumpre nos diferentes âmbitos – econômico, ecológico, social, institucional, cultural etc. Assim, essa definição deve dar conta da existência das várias ruralidades.

Dentre os aspectos imbuídos no processo de construção de uma nova ruralidade, destaca-se o renascimento rural oriundo da construção de uma ruralidade contemporânea impulsionada, especialmente, pela crescente valorização do campo. Esses aspectos conformam um novo significado ao espaço rural. Essa ruralidade é discutida com base nas mudanças socioeconômicas e demográficas e também pelo viés das questões culturais e da representação.

Parte-se da premissa de o rural não deixa de existir, mas é muito transformado com a presença de urbanidades – manifestações materiais e imateriais com caráter inovador

em áreas rurais –, resultando em áreas de maior densidade; e fora dessas áreas, as manifestações seriam pontuais. As urbanidades seriam construídas por uma enorme gama de manifestações – materiais (melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, segunda residência, turismo, indústrias etc.) e imateriais (valores, moda, segurança, costumes e hábitos difundidos pela mídia).

Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções. Desse modo, ao falarmos em rural e das transformações em curso, estamos necessariamente nos referindo ao processo de urbanização (das ocupações não agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade). Estamos identificando em grande medida os espaços de lazer, da produção industrial e “nos processos de produção de valores simbólicos” (REIS, 2001, p. 7). Assim, temos como principais transformações: a maior urbanização, o cosmopolitismo dos comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho. Concordamos com Reis (2001, p. 12), quando afirma que:

Parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação das práticas socioeconômicas, quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Assim, se por um lado a produção agrícola, beneficiada pelas linhas de crédito, destinada, principalmente, ao mercado externo e integrada às grandes empresas internacionais, foi se expandindo e ocupando grandes áreas de terra, uma forma imposta de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial; pois, conforme afirma Achkar et al. (2007), os territórios rurais foram sendo incorporados a uma divisão técnica do trabalho que resultou na concentração da terra e na implantação de monoculturas, com o uso intensivo do solo, recursos hídricos e genéticos, com perda da biodiversidade, com a homogeneização das paisagens rurais e com o desprezo dos sistemas agroalimentares locais.

Por outro, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características, como o trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de

trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando, assim, a renda familiar.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural e nas atividades industriais.

Assim, devemos levar em consideração o fato de que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se, deliberadamente e explicitamente, com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando, assim, a noção de hibridez do espaço rural. A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a conseqüente expansão das atividades de turismo e de lazer. E esse rural é uma das dimensões do espaço geográfico, que pode ser apreendido nas suas relações com o urbano por meio das ruralidades, urbanidades e das múltiplas territorialidades. Assim, concordamos com Berque (2004) quanto aponta para novas possibilidades de análise da paisagem – esta pode ser vista como uma “marca”, pois expressa uma civilização, uma sociedade e uma “matriz”, visto que representa a interação entre o meio físico e a sociedade.

Tratando da valoração da paisagem rural das pequenas cidades costeiras do canal da Mancha na Inglaterra, May (2008) aponta para o crescente interesse dos visitantes pelos atributos geomorfológicos, como áreas de visitação, refletindo sobre as dimensões culturais, simbólicas e científicas desses atrativos e a necessidade de sua conservação, acessibilidade e monitoramento de riscos naturais. Igualmente, Zgłobicki & Baran-Zgłobicka (2013) apontam que o crescente interesse dos turistas pelas paisagens rurais da província de Lubelskie, no sudeste da Polônia, deve-se à busca dos visitantes

pelos valores estéticos da paisagem, sobretudo no que diz respeito à sua natureza e aspectos culturais.

A partir de uma avaliação dos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais, Sala (2009) afirma que esses espaços agrários, sobretudo no entorno da bacia do Mediterrâneo, têm sido um destino preferido pelo turismo rural na Europa. A pequena propriedade em base familiar, segundo a autora, agrega textura e diversidade à paisagem, o que resulta em uma maior diversidade de cultivos e conservação dos solos. No entanto, as transformações fundiárias e simplificação das formas de cultivo, com a rápida mecanização das lavouras, acabam por resultar em um incremento do escoamento superficial, perda de biodiversidade, alastramento de espécies vegetais indesejáveis pelo abandono de lotes e diminuição geral do potencial paisagístico e estético das áreas. Assim, a definição de geomorfossítios e áreas de conservação em espaços rurais tradicionais reverte-se em uma tarefa fundamental à proteção e promoção dessas áreas como destinos potenciais e sustentáveis para a vilegiatura rural, articulando diferentes níveis de interesse sobre a fruição desses tipos de paisagens.

Dessa forma a paisagem e a paisagem rural podem ser compreendidas e analisadas enquanto uma marca e uma matriz. A paisagem é um conceito fundamental na interpretação geográfica – é uma representação das diversas formas que expressam as marcas deixadas pela sociedade no espaço, no decorrer do tempo.

Assim, há de se considerar as características presentes no estado do Rio de Janeiro, em que há uma forte concentração (de população, de serviços, de produção material e imaterial) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que funcionaria como uma Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001, p. 140), em âmbito estadual, e uma crescente divisão territorial do trabalho com o interior (superposta a divisões anteriores), particularmente sob a forma de eixos (Davidovich, 1999; Natal, 2004; Rua, 2011) que denomina-se “eixos de maior densidade de urbanidades”.

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias-primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, gerando a necessidade de mão de obra e proporcionando aos produtores rurais residentes a possibilidade de empregos e de

aumento da renda familiar. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder público, da infraestrutura de transporte e de comunicação, que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorporado à produção do agronegócio e que, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequenas propriedades. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que encontramos as paisagens rurais demandadas pelo turismo. Nessas áreas, há a preservação da natureza, podendo ser transformadas em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas, que atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais, facultando-lhes a possibilidade de exercer outras atividades, que não somente as agrícolas.

Em tais espaços, também ocorre o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento à forma de produção tradicionalmente empregada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da sua paisagem mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana. Mudam as relações entre o campo e a cidade com a subordinação do campo à cidade e põem ambos integrados como espaço de consumo. Permanecem e mudam os espaços da produção em base familiar, com uma diversidade, com a presença de inúmeros elementos (indústrias, serviços, pessoas oriundas da cidade, seja para lazer, seja como segunda residência), que associam atividades agrícolas e não agrícolas. Ao pequeno produtor descapitalizado, resta a alternativa de buscar outras fontes de renda em atividades não agrícolas. Destarte, visamos analisar as paisagens rurais resultantes da prática da agricultura familiar no território fluminense, nas oito as regiões de governo existentes no estado.

Paisagem rural e a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro

Ressaltamos o esforço sempre necessário de compreender as transformações que o conceito de paisagem tem apresentado na contemporaneidade. As acepções disciplinares atribuídas à noção de paisagem, paisagem agrária e paisagem rural no decorrer do tempo, ou seja, a polissemia do conceito, têm, cada vez mais, conquistado espaço nos quadros de referência.

O cerne da discussão está na tentativa de romper com a polissemia conceitual em que se tornou a discussão de paisagem, buscando elucidar e construir uma sólida base disciplinar, por meio dos axiomas conceituais e metodológicos que dão sustentação à nossa ciência.

As perspectivas e as intervenções da União Europeia no âmbito do mundo rural refletem a transição de uma concepção agrícola, centrada na agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que, por sua vez, acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana. Esta última, orientada para o território e para o conjunto da população rural, configura novas oportunidades para salvaguardar, valorizar e fruir o patrimônio, como demonstram diversos programas e iniciativas, sobretudo na última década, por meio de exemplos paradigmáticos entre lugares, rotas e redes.

Reconhecendo a importância estratégica do mundo rural e a sua crescente complexidade e diversidade, as novas políticas têm como eixos estruturantes o reconhecimento da especificidade das paisagens e do seu potencial de recursos, e a prioridade atribuída aos conceitos de sustentabilidade e parceria. O objetivo principal é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios orientadores.

Concomitantemente, as recentes orientações europeias em matéria de desenvolvimento do mundo rural, com a transição de um modelo orientado para o setor agrícola em direção a um modelo centrado na sociedade rural e na modelação das suas paisagens, são acompanhadas de uma valorização crescente da participação dos atores rurais na definição e gestão das políticas. O rural, na sua pluralidade de expressões e representações, por intermédio do patrimônio (natural e cultural), configura uma matriz incontornável daquilo que deve ser a inclusão das paisagens e das populações nos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Os territórios rurais, apesar da sua aparente estabilidade e firmeza, estão em constante transformação, em ritmos e intensidades variáveis, segundo uma gama muito variável de fatores e interesses. Gillardot (1997), ao destacar que os territórios não são

congelados, exemplifica o caso das transformações brutais como aquelas a que foram submetidas as regiões vitícolas europeias em fins do século XIX, atacadas pela crise do *phylloxera*, ou as transformações podem se prolongar por vários decênios, como ocorre em muitos países do sul.

Nos países do sul e, particularmente, no Brasil, a intensidade de incorporação de terras à agricultura, intensiva em capital e tecnologia, tem provocado alterações aceleradas e profundas nas paisagens. As explorações agrícolas contemporâneas, baseadas na monocultura e na produção de *comodities*, substituíram os homens pelas máquinas. Os campos se encheram de objetos técnicos e se esvaziaram de gente.

Lugares de moradias foram abandonados, as casas tornaram-se taperas e os quintais e jardins de outrora deram lugar aos cultivos, como o da soja ou de outros produtos demandados pelo mercado. Pequenos estabelecimentos deixaram de ser rentáveis e foram incorporados pela grande lavoura ou foram vendidos como residência secundária. Pequenos núcleos rurais perdem suas funções e a população residente, constituída majoritariamente de idosos, assistem ao declínio dos serviços e às mudanças gradativas ou mesmo aceleradas do espaço em que vivem.

Assim como a sociedade vive em constante transformação, a paisagem também se transforma, pois, cada nova forma de trabalho, cada nova configuração do território, muda também as formas da paisagem e da sua leitura. Destarte,

a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições, a lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai se tornando cada vez mais complexo, exigindo mudanças correspondentes as inovações. Através das novas técnicas, vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos (SANTOS, 2008, p. 74).

É, portanto, também a herança de muitos diferentes momentos, pois a paisagem não se cria de uma só vez, e sim por um conjunto de criações e desconstruções, subtrações e acréscimos. Pode-se também interpretar a paisagem como o resultado da relação sensível das pessoas com seu entorno percebido e vivenciado. Com isso, pode-se dizer que a paisagem é um elemento de afinidade e identidade territorial, e manifestação dos variados lugares do espaço geográfico.

As transformações em curso no espaço rural se evidenciam na dinâmica da paisagem, onde se materializam. A paisagem rural se transforma no decorrer do tempo em virtude das condições socioeconômicas que configuram novas formas de produzir, trabalhar e viver no campo.

Foram Chaléard e Charvet (2004) que afirmaram que os agricultores, além de produzirem gêneros alimentícios, produzem também paisagens agrárias:

Les paysanneries asiatiques ont créé de magnifiques paysages de rizières; celles des Andes ou de différents montages méditerranéennes ont équipé des versants entiers de terrasses. Les paysages de bocage, avec leurs haies et leur habitat dispersé, et les paysages d'openfield, avec leurs champs ouverts et leur habitat groupé en villages, se partagent les campagnes de l'Europe du Nord-Ouest. Ces éléments sont bien perçus comme étant d'origine anthropique, ce qui leur confère parfois aujourd'hui une valeur patrimoniale. Mais bien d'autres aspects de paysages souvent considérés comme "naturels" ont également une origine anthropique. Ainsi est-ce le cas de prairies de fond de vallées ou de certains pâturages d'altitude situés à la limite supérieure de la forêt. Ces prairies et pâturages correspondent à des espaces qui, à l'origine, étaient solvants des espaces boisés et qui furent défrichés à des époques plus ou moins anciennes pour le besoin de l'élevage. Aujourd'hui, alors que ces espaces ne sont plus véritablement indispensables à la production agricole, la conservation en tant que paysage "ouverts": on aide financièrement les agriculteurs afin de les maintenir et de les entretenir.

Dessa forma, o antigo cenário da bucólica vida no campo, do trabalho diário com as plantas e animais, torna-se um espaço dinâmico que serve a produção e as trocas globalizadas, sujeito a inúmeras modificações, uma vez que é extremamente suscetível ao capital e à tecnologia. Em seu processo de territorialização, o agronegócio se apropria de espaços que já possuem uma configuração territorial, adaptando-a às suas necessidades.

O uso intensivo da força mecânica, em detrimento do trabalho humano e animal, é uma característica do agronegócio. A mecanização, representada por extensa gama de máquinas e equipamentos (arados, pulverizadores, tratores, roçadeiras, colheitadeiras, veículos utilitários, equipamentos para irrigação etc.), reduz o tempo de trabalho e gera maior produção. As inovações químicas e mecânicas também causaram grandes mudanças à produção agropecuária; a biotecnologia, com os avanços da engenharia genética, sofreu grande salto evolutivo, participando do processo industrial em larga escala. E o híbrido, semente melhorada, gerada em laboratório com a utilização da engenharia genética, constituiu-se em um signo da modernização da agricultura e um

dos insumos industrializados mais utilizados no processo de mudança da sua base técnica.

Diante disso, uma das principais orientações da pesquisa tecnológica na agricultura foi a produção de insumos artificiais, fabricados em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, haver maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável, conseqüentemente, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo. Além disso, há o aproveitamento de solos menos férteis, tornando-os utilizáveis e com a ocupação intensiva de territórios que antes eram desprezados para tais atividades (ELIAS, 2003). Essa mudança da base técnica é o que permitiu a vertiginosa expansão do agronegócio em áreas antes consideradas inadequadas, expulsando do campo, em grande medida, agricultores familiares e trabalhadores rurais. Como resultado desse processo, tem-se, talvez, as mais profundas transformações paisagísticas dos espaços rurais.

Como afirma Brandão (2007, p. 58):

A uniformização quase absoluta da paisagem, a derrocada da biodiversidade e de uma correspondente sociodiversidade. Eis a paisagem múltipla e, no entanto, tão uniforme, dessa ilusória socialização extrema de espaços naturais. Para que a terra produza em excesso – o mito tecnológico da produtividade –, tantos seres e grupos humanos são retirados das paisagens anteriores, quanto a própria terra é subjugada: tornada plana, vazia do que não sejam os espaços vazios da produção, exaurida de recursos naturais e impregnadas das químicas do agronegócio.

Assim, quando Milton Santos (2004, p. 63) afirma que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, isto significa que o espaço rural também é constituído por um conjunto de formas e processos que resultam em paisagens socialmente produzidas, por meio da marcante presença da cultura e da técnica, no qual se evidencia a presença de elementos materiais e simbólicos, de múltiplas temporalidades, que atribuem ao lugar traços identitários, conferindo-lhe unidade.

O estudo desse conceito, tendo como ponto de partida a Geografia Cultural, teve início com o norte-americano Carl Sauer, em sua obra *A Morfologia da Paisagem*, de 1925, na qual postulou uma definição de paisagem geográfica como resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural: “a paisagem cultural é modelada

a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1925/1998, p. 59). A paisagem natural oferece os recursos com os quais os agentes culturais constroem a paisagem cultural. A paisagem, portanto, é constituída a partir de elementos físicos e culturais, em que a ação humana, de maneira progressiva ao longo do tempo, é o elemento morfológico de maior importância, porque é aquela que tem mais peso na formação das diferentes paisagens.

Correa e Rosendahl (1998) compreendem a paisagem a partir de diferentes dimensões. A primeira delas é a morfológica, a qual está relacionada ao conjunto das formas que a compõem. Essa abordagem foi desenvolvida também por Sauer (1925/1998), que adotou uma visão fenomenológica da ciência e propôs como método de pesquisa científica a identificação e o ordenamento de um grupo de fenômenos (nesse caso, as formas visíveis do espaço) e a análise de suas relações. A segunda dimensão é a funcional, isto é, o estudo das funções que cada parte possui no todo; e a terceira é a dimensão simbólica, que evidencia os valores, as crenças, os mitos e as utopias do grupo cultural que (re)constrói/construiu as paisagens.

Tal simbolismo contido nas paisagens, em consonância com o autor, implica complexidade ao conceito: de um lado, exige-se do pesquisador objetividade a fim de representar a realidade tal como ela o é e, por outro, o fato de tentar garantir tal objetividade faz os pesquisadores deixarem escapar muito do significado contido nas paisagens. Corre-se o risco de a pesquisa tornar-se uma simples descrição da paisagem, sem uma interpretação própria do agente da pesquisa. De fato, para Cosgrove (1989/1998, p. 98), a paisagem é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. O autor propõe, nesse sentido, uma Geografia Cultural renovada, que vê a paisagem como um texto cultural e reconhece que um texto possui várias dimensões, oferecendo possibilidades de diferentes leituras simultâneas e igualmente válidas.

Claval (1999) entende a paisagem como um documento-chave para compreender as culturas, pois carrega as marcas da cultura e serve-lhe de matriz. Esse autor postula que é essa “marca que o homem impõe à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas” (1999, p. 24). Para ele, a paisagem cultural é a expressão da ação do homem sobre seu meio, de suas escolhas e de suas técnicas de produção. Por isso, é necessário fazer uma análise metódica da paisagem, considerando seus sinais e

símbolos, a fim de identificar as visões dos grupos humanos, os seus valores e a ideologia dominante naquele grupo.

Algumas vezes, porém, essa paisagem deixa de ser somente uma expressão da vida social e passa a ser valorizada por si mesma, tomando uma dimensão estética ou fundando a identidade do grupo que a humaniza. Para Claval (1999), as paisagens são feitas de elementos de idades diferentes, para os quais são investidos valores sentimentais: “o passado coexiste com o presente” (1999, p. 309), ou seja, de certo modo, a identidade é elaborada, em parte, a partir da paisagem.

Uma das categorias que estão presentes no meio rural brasileiro é a dos agricultores familiares, que se afirma, assim, como uma categoria expressiva. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características, como o trabalho em tempo parcial, face à diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção e a conseqüente liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, a fim de complementar a renda familiar. Tal fenômeno, denominado pluriatividade, expandiu-se, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

Somente após a publicação do estudo FAO/INCRA (1994) é que a agricultura familiar passou a integrar efetivamente o debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro e as políticas públicas voltadas para o setor. Conforme aponta Elesbão (2007, p. 63), “há um crescente reconhecimento por parte dos órgãos oficiais de que a agricultura familiar tem importância fundamental no seu desenvolvimento”. Essa percepção é compartilhada por Buainaim (2006, p. 22), quando afirma que agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada e que “a década de 90 caracterizou-se por profunda reestruturação do agronegócio nacional [...] mas com a agricultura familiar espalhada por todo o território nacional, sendo a principal fonte de postos de trabalho no meio rural brasileiro.” Esse mesmo autor (p. 27) ainda afirma que a presença da agricultura familiar é variável, segundo as regiões do país, e “em todas as regiões, mais de 1/3 dos estabelecimentos foram classificados como familiares”. Merece destaque o fato de que o Censo Agropecuário de 2006 disponibilizou, pela primeira vez, estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar. Nesse sentido, França et al. (2009, p. 38) consideram que:

Ao repercutir a lei da Agricultura Familiar nas estatísticas oficiais produzidas pelo Censo Agropecuário 2006, o IBGE e o MDA dão uma contribuição importante para a identificação e caracterização de um setor social, cuja importância econômica e social é objeto de um crescente reconhecimento por parte do Estado, informada por uma trajetória de lutas sociais e de debates acadêmico.

Buainain e Fonseca (2011) constataram que a agricultura familiar foi uma bem-sucedida “invenção” e “inovação” dos anos 1990, para a qual a academia teve um papel importante. Destarte, foi disseminada, na literatura, que a agricultura familiar é definida pela utilização da mão de obra, pelo tamanho da propriedade, pela direção dos trabalhos e pela renda gerada a partir da atividade agrícola. Há sempre um traço em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família é que realiza o trabalho agrícola. Esses agricultores familiares contribuem para a construção de paisagens rurais, com uma grande diversidade no território brasileiro, mas em maior ou menor grau apresentam, entre as transformações no espaço rural, a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não agrícolas, que se encontram associadas ao processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas.

Do ponto de vista da análise dos componentes naturais que integram as paisagens rurais, compreende-se que a abordagem espacial hierárquica dos seus atributos permite aferir as inter-relações entre elementos de uma mesma classe temática pertencentes a diversos níveis escalares (CAVALCANTI, CORRÊA, 2008). Esse tratamento é particularmente interessante quando se faz necessário correlacionar componentes com expressão espacial dentro de determinadas categorias, como as geomorfológicas, ainda que eles pertençam a grandezas morfológicas diversas. Dessa forma, a partir da cartografia temática dos componentes físicos da paisagem, pode-se atingir, sem perder a coerência tipológica, níveis de detalhe como aqueles relacionados ao levantamento do potencial de geodiversidade das paisagens rurais.

Não obstante, percebe-se que o enfrentamento da questão hierárquica para o levantamento dos atributos físicos das paisagens rurais é complexo. Os modelos tradicionais concentram-se em aspectos genéticos, não sendo usuais as aproximações do ponto de vista da análise funcional; esta carece de uma seleção coerente das variáveis que serão utilizadas para a aferição dos atributos de geodiversidade, conservação e transformação ambiental. Outrossim, o papel do monitoramento ambiental a partir do uso do sequenciamento temporal dos processos parece essencial.

Destarte, buscamos compreender o rural como paisagem e do papel da agricultura familiar na manutenção dessas paisagens, além de identificar quais as paisagens rurais encontramos presentes no território fluminense, resultantes da prática da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. Assim, buscamos compreender e reconhecer as paisagens rurais resultantes da prática da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. Na construção do Atlas das Paisagens Rurais Fluminense, buscamos também, analisar as transformações dessas paisagens rurais devido à crescente urbanização e à proliferação das atividades não agrícolas no meio rural.

Assi, buscamos representar as principais paisagens rurais fluminenses, com o registro dessas paisagens, por meio de fotografias, buscou-se disponibilizar, para os pares na academia e o público em geral, um Atlas com as paisagens rurais do estado do Rio de Janeiro, em nível municipal, com imagens georreferenciadas para acesso as mesmas.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo requereu diferentes tipos de procedimentos metodológicos: leituras e discussões teóricas e metodológicas; levantamento de dados secundários em instituições oficiais, que possuem dados sobre o campo fluminense; e Trabalhos de campo no espaço rural fluminense.

Pesquisa Bibliográfica, Leituras e discussões teórico-metodológicas

A realização da pesquisa prevê a realização de pesquisa bibliográfica que versem sobre temas como: paisagem rural, agricultura familiar, trabalho em tempo parcial, espaço rural brasileiro e fluminense, turismo rural, entre outros. Parte desta pesquisa já vem sendo realizada, particularmente nas bibliotecas localizadas na cidade do Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade federal Rural do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas. A consulta, a essas e a outras fontes, no período da pandemia tem ocorrido de forma virtual. O material consultado será registrado e as leituras têm sido discutidas no Grupo de Pesquisa – NEGEF (Núcleo de estudos de geografia fluminense) sob a nossa

liderança na Universidade do estado do Rio de Janeiro, e desde abril de 2020 realizadas semanalmente de forma remota. Destarte, a exploração das fontes bibliográficas e levantamento das publicações relacionadas aos estudos da paisagem, agricultura familiar, presentes em reconhecidos centros de investigação, que serão escolhidos conforme a disponibilidade e a relevância do acervo. A seleção da bibliografia foi orientada por dois critérios: as credenciais da autoria e as palavras-chaves constantes no título – paisagem, paisagem agrária e paisagem rural, agricultura familiar e produção familiar fluminense.

Levantamento de dados secundários em instituições oficiais, que possuem dados sobre o campo fluminense

O levantamento de dados sobre a produção de base familiar (estrutura fundiária, produção agrícola e pecuária, força de trabalho, fluxos de comercialização, técnicas utilizadas nos estabelecimentos etc.), visando à identificação das características da produção e comercialização. A base de dados utilizadas será a do IBGE (Censos Agropecuários, Populacional, Produção Agrícola Municipal, Produção Agropecuária Municipal, por meio do sistema de dados SIDRA – Banco de Tabelas Estatísticas), Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (EMATER, PESAGRO – por meio dos programas como Riu Rural, Prosperar, Florescer etc.), Tribunal de Contas do Estado (Perfis municipais), INCRA (estrutura fundiária), INEA (áreas de proteção ambiental), IPEA (PIB), Fundação CEPERJ (Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas), Secretaria Estadual de Turismo etc. Serão efetuados o ordenamento e sistematização das informações relacionadas ao espaço rural, articulando-as ao contexto regional e nacional brasileiro. A análise das informações possibilitará a identificação, caracterização e mapeamento das diferentes abordagens dos estudos da paisagem, paisagem rural e sua relação com a agricultura familiar, no âmbito da geografia agrária.

Trabalho de Campo e Levantamento Empírico

Um outro procedimento metodológico importante para a concretização da pesquisa foram os trabalhos de campo para registro das diversas paisagens presentes o campo fluminense. A observação foi feita de forma sistemática com um planejamento prévio, incluindo leituras de fontes de pesquisa: bibliográfica, fotográfica e cartográfica.

Naturalmente, entende-se por observar não simplesmente olhar, mas a abstração de determinado fenômeno social "de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações, etc." (TRIVIÑOS,1990, p.153). O trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campos é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade. Nas palavras de Minayo (2002) o campo é, para nós da geografia, a paisagem; refere-se ao recorte que o pesquisador faz em termos de espaço. Representa uma realidade empírica, a partir de uma concepção teórica que fundamenta a investigação.

A realização de trabalhos de campo, em razão da parceria com as Secretarias de Turismo e Agricultura, foi efetuada em nível municipal, nas doze regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, para levantamento de dados e identificação das paisagens rurais fluminenses. Os roteiros de trabalho de campo foram traçados com equipe do NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – e em parceria com os técnicos das Secretarias de Turismo e Agricultura. Nesses trabalhos de campo, efetuamos o registro das paisagens rurais e atrativos turísticos presentes nos espaços rurais dos municípios. As entrevistas são abertas, quando possível de serem realizadas, visam identificar as transformações em curso no espaço e nas paisagens rurais. Nessa caminhada, serão efetuados registros das paisagens através de fotografias georreferenciadas, para a inclusão no Atlas das Paisagens Rurais Fluminenses.

Nessa caminhada, iniciada em maio de 2021, foram visitados xxx municípios, com o georreferenciamento de 400 atrativos presentes no espaço rural, com o registro de aproximadamente 5 mil fotografias. Essas informações são agrupadas em tabelas para a confecção dos mapas, que integram o Atlas.

Para não concluir

O território fluminense, e seu espaço rural, encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização o que tem provocado profundas transformações socioespaciais. Entre elas, destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a valorização da sua paisagem rural, e a manutenção – e até mesmo o aumento – da

produção familiar, conforme constatou Seabra (2004). O estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir do CEASA-RJ, das redes de supermercados e distribuidoras, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar. No entanto, esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próximo à RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

Neste contexto, o espaço rural fluminense se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais, das suas paisagens, e da manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural, e a força da sua agricultura se encontra na sua diversidade de produção. Essa diversidade produtiva reforça as diversas paisagens rurais encontradas no estado do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa, contribuiu para a reflexão sobre as transformações no espaço rural, sobretudo acerca das paisagens rurais e suas conexões com o turismo rural, bem como identificar as transformações em curso devido à crescente urbanização e à proliferação das atividades não agrícolas no meio rural. Assim, identificamos e registramos as principais paisagens rurais fluminenses. Buscamos também, verificar a participação da produção familiar na manutenção dessas paisagens e como se estabelece a relação com a crescente urbanização no território fluminense, além de enfatizar o papel da conservação dos aspectos naturais associados à produção familiar na construção/manutenção das paisagens rurais.

Esperamos, assim, contribuir para a reflexão sobre o papel da agricultura familiar na construção de determinadas paisagens rurais no estado do Rio de Janeiro. Essa investigação objetiva colaborar, também, com a formulação de políticas públicas para o setor rural fluminense.

Referências

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Anpocs, 1992.

AMBROISE, Régis; BONNEAUD, François; BRUNET-VINCK, Véronique. *Agriculture et paysages: Dix exemples de projets de paysage en agriculture*. Paris: Éd. Educagri, 2000.

ASENSIO, Francisco. *Atlas des paysagistes*. Genève: Aubnel, 2006.

ASSUMMA, V., BOTTERO, M. and MONACO, R. Landscape Economic Attractiveness: An Integrated Methodology for Exploring the Rural Landscapes in Piedmont (Italy). *Land* 2019, 8, 105.

AUBERT, Francis; PIVETEAU, Vincent; SCHMITT, Bertrand (Coord.). *Politiques agricoles et territoires*. Versailles: Éd. Quae, 2009.

AUZANNEAU, Vicent. *Introduction à la notion de paysage*. Bordeaux: Ecole d'Architecture de Bordeaux, 1992.

BENNIKE, R. B. et al. Agrarian crossroads: rural aspirations and capitalist transformation. *CANADIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT STUDIES REVUE CANADIENNE D'ÉTUDES DU DÉVELOPPEMENT* 2020, VOL. 41, NO. 1, 40–56

BERLAN-DARQUE, Martine. *Politique publique et paysage*. Paris: Ed. Cemagref, 2001.

BERQUE, Augustin. *Atlas des paysages ruraux de France*. Paris: De Monza, 1993.

BERQUE, Augustin; CONAN, Michel; DONADIEU, Pierre; LASSUS, Bernard; ROGER, Alain. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Ed. Champ Vallon, 1994.

BOISNENU, Antoine. *Le fin du paysage? Livre blanc pour une gestion menagere de nos espaces ruraux*. Paris: FNSAIEL, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil". In: *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: UNICAMP, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007.

BRUNET, Pierre. *Atlas des paysages ruraux de France*. Paris: Jean Pierre de Monza, 1992.

BRUNET-VINCK, Véronique. *Méthodes pour les atlas de paysages: enseignements méthodologiques de 10 ans de travaux*. Paris: Ministère de l'écologie et du Développement Durable, 2004.

BURGUIÈRE, André. *Paysage et paysans*. Paris: Ed. Nathan, 1991.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. *Finisterra XLII*, n. 84, p. 47-65, 2007.

CABANEL, Jean. *Paysage paysages*. Paris: Jean Pierre de Monza, 1995.

CAFFIN, Michel; GAY, Hervé; LANÉELE, Catherine. *Paysages agricoles d'Ile-de-France*. Paris: Institut d'aménagement et d'urbanisme de la Région d'Île-de-France, 2003.

CARVALHO, P. *Patrimônio Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. 2005. Dissertação de Doutorado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

CARVALHO, P. “Patrimônio cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas”. In: Arroyo, M. et al. (Ed.) *Atas del X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, Universidade de Barcelona, 2008, 14 p. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm>.

CARVALHO, P. “Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais”. *Proceedings 1st Cape Verde Congresso of Regional Development*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2009, 19 p.

CARVALHO, P. “União Europeia políticas públicas de desenvolvimento rural”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (Universidade de Coimbra), n 26/27 (2007/2008), 2009. p. 67-76.

CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. 4 ed. edição, Paris: PUF, 2013.

_____. *Le site et le paysage*. 3 ed. edição, Paris: PUF, 2013.

CHAUDUM, Nicolas. *Le paysage mis à mort*. Paris: Ed. Du Rocher, 2002.

CHEVERRY, Pierre; CLERGEOT, Pierre. *Paysage ruraux: Un perpetual devenir 1800-2000, histoire de l'aménagement foncier*. Paris: Ed. Publi-Topex, 2005.

CHOUQUER, Gérard. *L'étude des paysages: essai sur les forms et leur histoire*. Paris: Éd. Errance, 2000.

_____. *Les forms du paysage*. Paris: Ed. Errance, 1996.

CLARK, Kenneth. *L'art du paysage: essais paysage & environnement*. Paris: Éd. Gérard Monfort, 1994.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COLLOT, Michel. *Les enjeux du paysage*. Bruxelles: Ed. Ousia, 1999.

_____; GILSON, Jean-Pierre. *Territoires de France*. Paris: Ed. Marvel, 2002.

CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. “Apresentando leituras sobre Paisagem, tempo e cultura”. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CURNIER, Jean-Paul. *La tentation du paysage: le rural, son image et l'éternel retour*. Paris: Éd. Sens et Tonka, 2000.

- DAGOGNET, François. *Mort du paysage*. Seyssel: Ed. Champ Vallon, 1993.
- DELGADO, Guilherme Costa & BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DION, Roger. *Essai sur la formation du paysage rural français*. Paris: Ed. Flammarion/Géographes, 1991.
- DION, Roger. *Le paysage et la vigne. Essai de géographie historique*. Paris: Ed. Payot, 1990.
- DONADIEU, Pierre. *La société paysagiste*. Versailles; Arles: Actes Sud, ENSP, 2002.
- DONADIEU, Pierre; PÉRIGORD, Michel. *Clés pour le paysages*. Paris: Ed. Dépphrys, 2005.
- DROZ, Yvan; MIÉVILLE-OTT, Valérie (Dir.). *La polyphonie du paysage*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2005.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FAGERHOLM, N. et al. Perceived contributions of multifunctional landscapes to human well-being: Evidence from 13 European sites. *People and Nature*. 2020;2:217–234.
- FARGIER, Jean Paul. *L'invention du paysage: les lieux de l'instant avec Laurent Millet*. Toulouse: CRDP de Midi-Pyrénées, 2005.
- FERRIER, Jean-Paul. *La beauté géographique ou la métamorphose des lieux*. Paris: Ed. Economica, 2013.
- FERREIRA, D. I. y. MARTIN, J. M. La agricultura como producto turístico en áreas rurales: Un debate abierto en la literatura. *Investigaciones Turísticas* (20), pp. 97-123. 2020.
- JOLLIVET, M. “L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire”. In: JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. *Les collectivités rurales française. Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village?* Paris: Librairie Armand Colin, 1974. p. 155-230.
- KHOROSHEV, A.V. & MEREKALOVA, K.A. Uncertainty of relations between landscape components: a tool for modeling evolution of spatial pattern. *Ekológia*. 25:122-130, 2006.
- KUNZ, J, CASTROGIOVANNI, A. Concepções de paisagem em estudos de imagem de destinos: uma revisão desde a Geografia Humanista-Cultural. *Marketing & Tourism Review* • Belo Horizonte - MG - Brasil • v. 5, n. 1, mai-jun, 2020.
- LÉVÊQUE, Laure; ÁRBOL, Maria Ruiz; POP, Liliana. (Édit.) *Patrimoine, images, mémoire des paysages européens*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- MARCEL, Odile (Dir.). *Le défi du paysage: un projet pour l'agriculture*. Seyssel: Éd. Champ Vallon, 2004.

MARCEL, Odile (Dir.). *Paysage visible, paysage invisible: la construction poétique du lieu*. Seyssel: Éd. Champ Vallon, 2008.

MASOT, N., RODRIGUEZ, R. Rural Tourism as a Development Strategy in Low-Density Areas: Case Study in Northern Extremadura (Spain). *Sustainability* 2021, 13, 239.

MATTEI, Lauro. “O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo”. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 45, p. 71-79, 2014.

MIRANDA, Carlos Miranda e SILVA, Heithel. (Org.) *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)

PAZ, Álvaro et al. *Escalando innovaciones rurales*. Álvaro Paz, María Paz Montoya y Raúl H. Asensio. Lima, IEP; IDRC-CRDI; FIDA, 2013. (Estudios de la Sociedad Rural, 43)

PÉRIGORD, Michel; DONADIEU, Pierre. *Le paysage*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2012.

PLAZA GUTIÉRREZ, J. “Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad de las áreas rurales”. *Boletín de la A.G.E.*, n. 41, 2006, p. 69-95, 2006.

POINSOT, Yves. *Comment l'agriculture fabrique ses paysages: un regard géographique sur l'évolution des campagnes d'Europe, des Andes et d'Afrique noire*. Paris: Ed. Karthala, 2008.

RENARD, Jean. *Les mutations des campagnes: paysages et structures agraires dans le monde*. Paris: Armand Colin, 2002.

ROGER, Alain. *La théorie du paysage en France 1974 – 1994*. Seyssel: Ed. Champ Vallon, 1995.

ROMERO, Arturo; JIMÉNEZ, Julio M. *El paisaje en el ámbito de La Geografía*. México: UNAM, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUER, Carl. “A morfologia da paisagem”. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHAMA, Simon. *Le paysage et la mémoire*. Paris: Ed. Du Seuil, 1999.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 359 p.

_____. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SOSA, S. et al. “*Procedimiento para el diseño de productos agroturísticos*”, 2021, p. 166-182

SPENS, Michel. *Paysages contemporains*. Paris: Ed. Phaidon, 2005.

VANDERGUAND, Pierre. *Paysage et diagnostic du territoire*. Paris: Ministère de l’écologie et du Développement Durable, 2003.

VIDAL, M. R. & VICENS, R. O abandono de terras agrícolas no estado do Rio de Janeiro. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 3, pág. 30-41, jul-dez 2020.

VOISENAT, Claudie (Dir.). *Paysage au pluriel: pour une approche ethnologique des paysages*. Paris: Ed. De la Maison des Sciences de L’homme, 1995.

UZÊDA, Mariella Camardelli et al. *Explorando as relações entre estrutura da paisagem e atributos de qualidade de fragmentos em região de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2011. 31 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/927613/1/BPD190FragmentosMataAtlantica1.pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2021

WINTER, C. El “retorno al campo” desde la mirada local. Redescubriendo los atractivos patrimoniales pampeano-bonaerenses (Argentina) PASOS. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 17, núm. 4, 2019.